

Brasil

A volta dos humilhados

08 MAI 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Josemar Dantas

Quando as lideranças políticas chegadas ao poder não têm a menor idéia de como conduzi-lo, de regra recorrem a medidas demagógicas de grande impacto para suscitar a convicção de que dispõem de ousados programas de ação. Elege-se bodes expiatórios de procedência vária para, mediante manipulação de processos avaliatórios desvalidos de qualquer autenticidade, figurarem como causas dos grandes desacertos nacionais. Mas a gestão apeada do poder à força do **impeachment** abusou no esforço de ilaquear a boa-fé pública, pelo alargamento da demagogia às fronteiras de uma perversidade próxima à demência.

Em sequência ao sequestro dos ativos financeiros e da imposição de um plano alucinado de controle de salários e preços, os gestores do poder trazidos das lindas canapienses se lançaram em fúria contra os servidores públicos. A categoria passou a ser objeto de um expurgo jamais visto na crônica das nações civilizadas, como se tratasse de um contingente de energúmenos, gente frascária posta a sugar os minguados recursos do Estado, potentados pagos à opulência pelas poupanças já de si escassas do contribuinte.

Mais não se chegou no emprego dessa perseguição monstruosa porque, ao cabo de algum tempo, a sociedade percebeu estar diante de uma impostura colossal, espécie de biombo erguido à frente da opinião pública para ocultar os propósitos criminosos do grupo alagoano. O monumental embuste, todavia, colocou dezenas de milhares de servidores em disponibilidade e pôs no olho da rua mais de 150 mil deles. Nenhuma consideração de ordem moral, de observância a algum critério e, em milhares de casos, de sujeição à lei esteve presente na ofensiva desfechada contra os trabalhadores governamentais.

Não é difícil imaginar a extensão da tragédia na qual foram colhidos dezenas de milhares de chefes de família, demitidos de forma sumária, sem nenhuma oportunidade de contestar a decisão. Foram todos condenados a engrossar a fantástica procissão dos desempregados, no contexto de um mercado de trabalho encurtado, ao extremo da severidade, em razão da síndrome recessiva. E são estes brasileiros humilhados, em número de mais de 150 mil, que hoje percorrem os gabinetes ministeriais e os dos representantes do povo em busca de uma reparação.

Dúvida nenhuma resta sobre os compromissos do atual governo de restabelecer alguma ordem na caótica situação social, em sua maior parte resultante da visão medíocre da administração anterior, que atirou o Brasil na mais catastrófica recessão de sua história. Vítimas de semelhantes atrocidades praticadas contra o País, os 150 mil funcionários hoje lançados ao desespero fazem jus à revisão dos atos que os alijaram de suas funções no serviço público.

Em favor de todos militam razões as mais consistentes, desde o caráter perverso da política praticada pelos flibusteiros de Canapi até a carência de autoridade moral destes para justificá-la como expediente moralizador. Além disso, é da essência do serviço público embasar seus atos em motivações irreplicáveis, para torná-los legítimos à luz do direito e das conveniências da Administração. Como é notório, explicou-se à época que as demissões correspondiam à necessidade de livrar o Estado de um contingente excessivo de funcionários. E hoje se sabe ter sido aquela argumentação uma mentira deslavada. Ao contrário, o desfalque dos recursos humanos levou a Administração a um estágio caótico. E aqui se tem uma outra boa razão para se readmitir esses 150 mil injustiçados.